

**ATA Nº 22**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de **dois mil e dezassete**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: \_\_\_\_\_

<b>I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO</b>	
<b>II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”</b>	
<b>III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA</b>	
1º -	<b>APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL</b>
2º -	<b>EMPRÉSTIMO BANCÁRIO MÉDIO E LONGO PRAZO – RELATÓRIO PRELIMINAR</b>
3º -	<b>NOMEACÃO DE AUDITOR EXTERNO</b>
4º -	<b>SUSPENSÃO DO REGULAMENTO DA VENDA AMBULANTE</b>
5º -	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO 2016</b>

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. José Manuel Bastião Veríssimo, António Manuel Soares Pereira, Manuel Álvaro Guimarães Gomes e Manuel Rodrigues Pereira, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Manuel Alberto Alves de Barros; Fernando Vidal Lourenço, Luís Pedro Alcobia Cruz e António Lima Sousa. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Orlando Vasco da Cunha Oliveira e Rui Miguel Araújo Ferreira, desde já consideradas justificadas pelo quórum existente. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: \_\_\_\_\_

Alberto Luís Oliveira Vilas; Elisabete Frade Lopes Viana; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Cristóvão Amorim Pereira; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Sebastião António Silva Alves; Avelino António Oliveira Marinho; Ana Raquel Soares Sanches; Manuel Alberto Alves de Barros; Fernando Vidal Lourenço; Luís Manuel Gomes Amorim; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; José António Lopes Nogueira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Mário Manuel Guimarães Cruz; Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel Martins Gonçalves; José Miguel da Silva Abreu; Manuel António Soares Brito; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Fernando Aprício Gonçalves Fernandes; José Augusto Alves Areias; Manuel Nogueira Afonso; Maria Fernanda Esteves

Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. \_\_\_\_\_

Para além dos membros da Assembleia Municipal, a sessão contou com a presença do **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores**. \_\_\_\_\_

Verificada a ausência do 1º Secretário da Mesa, Sr. José Manuel Bastião Veríssimo, o Presidente da Mesa solicitou ao Membro Sra. Paula Natal que coadjuvasse a mesa nos seus trabalhos, passando a assumir as funções de **1º Secretário o Membro Sra. Elisabete Viana e de 2º Secretário o Membro Sra. Paula Natal**. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. \_\_\_\_\_

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Elisabete Frade Lopes Viana** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 28 de abril último a 29 de junho corrente. Informou que toda a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, referiu que na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 21** surgiram pequenas correções que, achadas conformes, foram vertidas na mesma, pelo que, estando em condições, de a colocar a discussão, questionou da intenção de intervirem, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó e José Nogueira, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos mesmos pela respetiva ordem. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sra. **Cláudia Labrujó** para, após as habituais saudações, referir que verificou que não consta na ata em apreço, apesar de o ter solicitado, as saudações protocolares que habitualmente faz nas suas intervenções de uma forma muito reduzida, assim como, nas suas intervenções a reprodução daquilo que por si foi dito na última assembleia e que as mesmas contem incorreções a nível de português. Para além destas alterações sugeriu outras, nomeadamente nalgumas intervenções do Sr. Presidente da Câmara. Como verificou que estas foram alteradas exceto as suas e como não compactua com este tipo de ação informou que iria votar contra. \_\_\_\_\_

Entretanto o **Presidente da Assembleia** sugeriu que fizesse chegar à mesa as retificações que não foram efetuadas para, assim, melhorar o conteúdo da mesma. \_\_\_\_\_

O Membro Sra **Cláudia Labrujó** perante a sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal voltou a intervir para lhe referir que já lhe tinha enviado os seus contributos há 3 dias atrás, pelas 5H17m, através de email, assim como, também o reencaminhou para os serviços de Assembleia Municipal, portanto as alterações que pretendia que estivessem exaradas em ata constam desse mesmo

email. \_\_\_\_\_

Perante a resposta dada, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou-a das alterações mencionadas nesse email foram tidas em consideração. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sr **José Nogueira** para, após as habituais saudações, referir que o Sr. Presidente da Mesa estava a cometer uma ilegalidade, porque a Deputada da CDU mandou um email e vão votar sem conhecer as alterações que a mesma solicitou, portanto não tem lógica nem se pode votar uma ata em suposições. \_\_\_\_\_

Quanto à ata, referiu que a fls 10, ab inito vem sincopado quanto ao argumentário expandido e até falta de uma vírgula após o “criticam” desvirtuando o amago da questão. A fls 16 o programa 20/20 é ofendido e destrutado (2020). Nessa intervenção não me limitei a adaptar a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista – o mais que aduzi foi pura e simplesmente ignorado. A Fls 20 os tempos verbais foram trucidados, o “poupamos dinheiros” tem a ver com o incumprimento das regras que regem esta assembleia. O que referiu, a fls 21, relativamente ao Centro de Saúde e à última fase das (obras – acrescente-se) as muralhas reportava-se – mais uma vez – ao dulce far niente... \_\_\_\_\_

Portanto, lamenta continuar a receber projetos de atas, já que não alinha em “atas participativas”, pelos motivos fundamentados e razões por si exaustivamente explanadas em várias e diversas anteriores reuniões. Lamenta, uma vez mais, os erros, as frases sincopadas, a pontuação... enfim, o assassinato gramatical de português que grassa e pulula bastas vezes acompanhado de cirúrgicas síncopes. \_\_\_\_\_

Finalizadas as apreciações, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a **ata nº 21**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **28 de abril de 2017**, num universo de **30 votantes**, obteve **22 (vinte e dois) votos a favor, 2 (dois) votos contra** dos membros Srs Cláudia Labrujó e José Nogueira, este com declaração de voto abaixo exarada e **6 (seis) abstenções** dos Membros Srs. Inês Ferreira, Luís Amorim, Benvinda Gonzalez, Luís Cruz, Jorge Moura, Fernando Lourenço, por não terem estado presentes nessa mesma sessão. \_\_\_\_\_

**Declaração de voto do Membro Sr. José Nogueira:** \_\_\_\_\_

“A ata nº 20 não espelha com a pertinente e necessária fidelidade e rigor o ocorrido na sessão a que se reporta, nomeadamente, no que concerne às minhas intervenções – daí votar contra”. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, a 1ª Secretária procedeu à leitura das seguintes propostas apresentadas pela mesa da Assembleia Municipal pela seguinte ordem: \_\_\_\_\_

#### “VOTO DE PESAR ÀS VITIMAS DOS INCÊNDIOS

Nos últimos dias a Zona Centro do País foi cenário de um trágico acontecimento, os incêndios que provocaram momentos de profundo sofrimento e grande tristeza. \_\_\_\_\_

Assim propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: \_\_\_\_\_

- a) Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelas vitimas deste trágico acontecimento, guardando um minuto de silêncio em sua memória; \_\_\_\_\_
- b) Manifestar junto das respetivas Câmaras e Assembleias Municipais solidariedade perante o momento de dor e consternação vivido. \_\_\_\_\_

Valença, 30 de junho de 2017. A Mesa da Assembleia Municipal”. \_\_\_\_\_

#### “VOTO DE CONGRATULAÇÃO SPORT CLUBE VALENCIANO

Ao longo dos últimos anos o Sport Clube valenciano tem lutado para representar condignamente as cores valencianas. Tem-se verificado que a época 2016/2017 foi de difícil alcance em termos de resultados, no entanto com a dedicação dos atletas e respetivos corpos diretivos foi possível alcançar a manutenção na 1ª Divisão Distrital. Por tal feito, propõe-se que a Assembleia delibere: \_\_\_\_\_

1. Aprovar o presente “Voto de Congratulação” pela sua manutenção na 1ª Divisão Distrital; \_\_\_\_\_
2. Dar conhecimento público do mesmo aos órgãos diretivos do Sport Clube Valenciano. \_\_\_\_\_

Valença, 30 de junho de 2017. A Mesa da Assembleia Municipal”. \_\_\_\_\_

#### VOTO DE CONGRATULAÇÃO VALENÇA HÓQUEI CLUBE

Ao longo dos últimos anos o Valença Hóquei Clube tem-se consolidado como uma das grandes referências do hóquei em patins. Com uma equipa jovem e aguerrida, ano após ano, tem lutado até alcançar o grande feito de chegar à primeira divisão nacional. Os resultados alcançados fruto do trabalho desenvolvido ao longo da temporada desportiva 2016/ 2017 pelo Clube levou-o à manutenção no maior escalão do hóquei em patins nacional. \_\_\_\_\_

Conscientes da extraordinária relevância, para a Cidade de Valença, propõe-se que a Assembleia delibere: \_\_\_\_\_

1. Aprovar o presente “Voto de Congratulação” pela sua manutenção na 1ª Divisão Nacional; \_\_\_\_\_
2. Dar conhecimento público do mesmo aos órgãos diretivos do Valença Hóquei Clube. \_\_\_\_\_

Valença, 30 de junho de 2017. A Mesa da Assembleia Municipal”. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal aprovou, **por unanimidade**, num universo de 30 membros: \_\_\_\_\_

- Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
- Votos de congratulações: \_\_\_\_\_
  - Hóquei Clube Valença pela sua manutenção na 1ª Divisão Nacional; \_\_\_\_\_
  - Sport Clube Valenciano pela sua manutenção na 1ª Divisão Distrital. \_\_\_\_\_

Após a votação o Membro Sr. **José Nogueira** interveio para mencionar que na véspera ficou surpreendido quando lia o Jornal Record, porque verificou que foram anulados os resultados do Riba D’ Ave e mais do que manutenção o Valença Hóquei Clube irá muito provavelmente caso não haja recursos participar na taça de CERS, o que ainda mais os honra e projeta Portugal, nomeadamente para a Europa.

#### INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Luís Amorim, Óscar Silva, Paula Natal, Aurélia Correia e Elisabete Viana. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sra. **Cláudia Labrujó** para agradecer ao executivo ou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelas diligências que tomou junto da empresa “Citigás” para a reposição do piso que rasgaram para a execução da obra de colocação de gás. Acrescentou que, por coincidência, encontrou o responsável da empresa e a informou que a situação estava solucionada e lhe comentou que a empresa que subcontratou para executar tal serviço, causou problemas em todo o concelho nesta matéria e consequentemente prejuízos à sua empresa. \_\_\_\_\_

Por último, alertou para a situação de uma canalização a drenar para a linha do comboio, junto ao Edifício Bruxelas. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sr. **Francisco Romeu** para, após as habituais saudações, questionar para quando se

encontra prevista a concretização do pontão de embarcações e o da pesqueira no Parque de Lazer da Pesqueira dos Frades. Prosseguindo, mencionou que o CILV - foi, no seu entender, uma aposta ganha, verificando que inclusivamente é publicitado em revistas internacionais. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sr. **Luís Amorim** para, após as habituais saudações, mencionar que apesar do alerta efetuado não só por si como também por outros, voltaram a ser usados pesticidas nas bermas da Av<sup>a</sup> de Espanha e ruas envolventes. Mais mencionou que teve conhecimento de que o pavilhão municipal iria ser objeto de uma nova empreitada, e como este esteve em obras há menos de um ano, questionou qual seria o objeto de uma nova intervenção. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sr. **Óscar Silva** para, após as habituais saudações, referir que apesar de em 2011 o executivo municipal ter anunciado a criação do cartão jovem municipal, continua sem execução e sem quaisquer desenvolvimentos desde então, justificando-se com a dissolução da Movijovem. Tal justificação não tem qualquer fundamento porque a alínea e) do n.º 2 do art.º 7º da Portaria n.º 11/2012, de 11 de janeiro que aprova os Estatutos do Instituto Português do Desporto e da Juventude, garante claramente que o recém criado Departamento de Juventude do IPDJ, assegura a gestão do cartão jovem municipal e todas as suas modalidades, incluída a municipal, transferindo para este as anteriores competências da Movijovem, nomeadamente a manutenção dos programas existentes em financiamento. Termos em que questionou o Sr. Presidente da Câmara se existe vontade em cumprir a promessa efetuada há seis anos em disponibilizar o cartão jovem municipal aos jovens valencianos. \_\_\_\_\_

Prosseguindo mencionou que em setembro de 2014, na sequência da vontade transmitida por alguns adeptos da modalidade de BTT, apresentou a este órgão, em nome do Grupo Municipal do PS uma proposta para a criação de uma pista de Downhill. Decorridos três anos de aprovada esta proposta, verifica-se que não foi concretizada, pelo que questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da pista Downhill no Monte do Faro. Mais questionou se foi feito algum esforço pelo Município no sentido de corresponder à vontade de muitos praticantes do concelho de Valença num investimento que acarretaria certamente ganhos exponenciais ao Município, em termos financeiros e turísticos através da prática desportiva do bem estar e da divulgação de Valença. \_\_\_\_\_

Questionou ainda se, nos últimos meses, existiram desenvolvimentos nos investimentos previstos para o convento de Ganfei e para o Aquapark a instalar entre S. Pedro da Torre e Silva e se existe o risco destes investimentos declarados de interesse municipal neste órgão, caírem por terra. \_\_\_\_\_

Por último, como ainda não tem conhecimento dos eventos que decorrerão em Valença, no período de Verão, questionou se o executivo delineou alguma estratégia em termos de oferta cultural para os valencianos e turistas. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sra. **Aurélia Correia** para, após as habituais saudações, mencionar que o Serviço Social do Município, a Cáritas e os Escuteiros colaboraram no envio de roupa e cobertores para as vítimas nos incêndios que assombraram nos últimos dias o País. \_\_\_\_\_

Seguidamente, para se congratular com a assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Liga Portuguesa Contra o Cancro, na implementação de uma Delegação em Valença, que se realizou no dia oito de junho do corrente ano. Esta delegação foi um compromisso pelo Presidente da Liga Portuguesa, com as Responsáveis Locais de “Um dia pela vida”. Devido ao seu grande êxito esta delegação vai proporcionar aos doentes oncológicos e às suas famílias uma nova estrutura de apoio com

novas valências de entre elas, destacam-se as consultas de Psico-oncologia, direcionadas para os doentes oncológicos, familiares e cuidadores. Para o efeito a delegação terá uma unidade Psico-oncológica com consultas gratuitas duas vezes por semana. A delegação de Valença contará ainda com um banco de ajudas técnicas para cedências de cadeiras de rodas, andarilhos, camas articuladas, próteses, etc. \_\_\_\_\_  
Este novo Núcleo irá implementar ações de sensibilização, junto da comunidade para a prevenção e deteção precoce das diversas patologias oncológicas, assim como, a angariação de fundos. \_\_\_\_\_  
A primeira atividade realizou-se no dia dezassete, a consulta funcionou durante todo o dia, no Centro de saúde com a unidade móvel de Estomatologia e Medicina Dentária para a realização de consulta gratuita de diagnóstico precoce de cancro oral. Nesta iniciativa estiveram presentes catorze médicos voluntários da Faculdade de Medicina Dentária e da Associação dos Médicos Dentistas hospitalares do Porto. Foram observadas setenta e seis pessoas, e dessas, a cinco foram diagnosticados problemas ,que neste momento já estão encaminhadas, duas para o IPO, um para o Hospital de Viana do Castelo e dois restantes para o Faculdade de Medicina Dentária do Porto. Em suma, o grupo responsável pela Delegação de Valença espera a colaboração de toda a comunidade valenciana e autarquia para que o projeto em causa tenha êxito. Terminou apelando a todos os presentes e a todos os valencianos para a colaboração no voluntariado nesta iniciativa. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sra **Paula Natal** para, após as saudações habituais, louvar todas as atividades desportivas que tem vindo a decorrer quer em Valença quer em Tui, no âmbito da Eurocidade, confirmando-se que esta simbiose resulta, envolvendo desde atletas, a familiares e assistentes. \_\_\_\_\_

Verificou que foram colocadas placas metálicas no chão no interior da Fortaleza com identificação do Caminho de Santiago, e como é uma leiga nesta matéria, questionou se o Caminho da Costa passa por Valença. \_\_\_\_\_

Entretanto, referiu que, à semelhança dos anos anteriores, este ano, também, se vai realizar o Fun Kids, o OTL, a Semana do Rio, etc. Ainda a este propósito, verificou-se que as vagas para o OTL ficaram preenchidas após uma hora da abertura das inscrições, pelo que questionou se existiram menos vagas ou mais participantes. \_\_\_\_\_

Este ano, Valença, também irá ser presenteada com este maravilhoso festival do IKFEM, pelo que aconselhou a assistir a pelo menos um espetáculo, dado que reúne qualidade musical reconhecida a nível internacional. Ainda em relação a este assunto, lançou um convite pessoal ao Sr. Deputado Óscar Silva para a acompanhar a este festival pelo menos um dia, de forma a verificar a qualidade do mesmo e a possuir, à posteriori, bases para debater e conversar sobre as atividades culturais que existem em Valença. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sra **Elisabete Viana** para, após as habituais saudações, referir que há dias verificou que estão a ser realizadas obras no campo da feira, junto à linha férrea, pelo que gostava de saber se a tubagem que está a ser colocada tem por objeto o saneamento ou águas pluviais, assim como, quem a está a realizar, atendendo a que chegou ao seu conhecimento que a mesma não é da autoria da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. \_\_\_\_\_

**O Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às questões levantadas pela sua antecessora, no que concerne à intervenção que está a ser levada a cabo na envolvente ao campo da feira para a resolução do drama das águas pluviais, dizendo que apesar de ser uma intervenção que o Município projetava há algum tempo, a mesma está a ser levada a cabo pela Sonae, como contrapartida pela localização da sua Unidade em frente ao Edifício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença. Para além da intervenção na rede viária também exigiram a colocação de uma conduta de grandes dimensões desde as instalações da Unidade até ao aqueduto da REFER. Paralelamente a esta intervenção decorrerá outra de saneamento. Acredita que estas intervenções resolverão o grave problema que existe em termos pluviais no campo da Feira, que em seu devido tempo não foi resolvido, há muitos anos atrás. Com o desenvolvimento da Cidade e a expansão da rede de Norte para Nascente, as infraestruturas pluviais e de saneamento tornaram-se manifestamente insuficientes para o necessário. Portanto, acredita que com esta intervenção todos esses problemas existentes, fiquem solucionados. A curto prazo irão abrir uma conduta de saneamento desde a rotunda do CCT, ladeando o campo da feira com uma nova perfuração pelo viaduto da REFER, encaminhando-a para o sítio certo de forma a ficar totalmente solucionados todos os problemas de saneamento que sistematicamente surgem. São intervenções que rondam os 300 mil euros e para as quais não se possui apoios comunitários, pelo que terão que ser executadas a expensas do Município. Para além destas existem outras intervenções infra-estruturais, como sendo a colocação do gás que provocam os habituais constrangimentos de rasgar o pavimento da rede viária e nas quais a compactação das valas acaba por abater. Concordou com o facto de a empresa Citigás ter subcontratado a empreitada de colocação de gás a algumas empresas com duvidosas condições de segurança e de trabalhadores, tendo o Município procedido a diligências junto da Citigás e esta conseqüentemente ter suspenso os trabalhos. \_\_\_\_\_

Em relação aos herbicidas colocados nas bermas, é realizado quer pelo Município quer pela SUMA, são ecológicos e, não são sistémicos, seguem à risca as orientações legais nesta matéria. \_\_\_\_\_

No que concerne ao Pavilhão Gimnodesportivo informou que, fruto das categorias alcançadas pelos clubes locais, nomeadamente o Hóquei Clube de Valença na 1ª Divisão Nacional colocam-se imposições e por conseguinte necessidade de proceder a mais algumas intervenções que não constavam das empreitadas anteriores, nomeadamente a nível de iluminação e de certificação das instalações para jogos oficiais, designadamente, dos balneários e circulação. Até à data o pavilhão era usado apenas para desportos locais. \_\_\_\_\_

Em relação à “Pesqueira dos Frades” existe uma candidatura ao POCTEP aprovada para a construção de um pontão em Ganfei, assim como, no âmbito da DLVC Costeira um pontão em S. Pedro da Torre. Para a pesqueira em Ganfei está prevista uma outra candidatura que é a ligação dessa zona ao Parque de Merendas de Verdoejo. \_\_\_\_\_

Em relação ao CILV ter sido publicado em revistas não se pronuncia \_\_\_\_\_

Quanto às intervenções do Membro Sr. Óscar Silva no que se refere à pista de BTT, convidou-o a ir ao Monte do Faro para verificar o trabalho que aí tem sido desenvolvido na matéria. Tem sido desbravado mato e aberto quilómetros de percurso para a pista Downhill. Os terrenos são da Junta de Freguesia e dos Baldios. Já se verifica afluência de jovens para treinos e, neste momento, já existe a base para a existência de um equipamento de referência. Verifica-se que Valença já é um conceito de referência na área do BTT, pela participação no nosso BTT e provas de Enduro no âmbito da Eurocidade, assim como, pelos desportistas do dia a dia, sobretudo ao fim de semana. \_\_\_\_\_

Em relação ao cartão jovem municipal mantém a opinião de que quando o cartão aportar benefícios importantes e substanciais para os jovens, procederá à sua implementação. Teve uma reunião com o IPDJ e não existem muitas novidades nem para esse tema nem para a Ocupação dos Tempos Livres, a qual, no passado, era financiada pelo Estado e, atualmente, está a ser financiada pelas Câmaras que possuem verbas disponíveis. A Câmara Municipal de Valença tem vindo a facultar aos jovens Valencianos a possibilidade de terem atividades de ocupação de tempos livres, este ano com abertura para trinta inscrições. O apoio do Município traduz-se numa compensação de 8 euros diários e almoço na cantina municipal. O número de inscrições superou o número de vagas existentes, estando a ponderar a possibilidade de aumentar o número de vagas. \_\_\_\_\_

Quanto às placas do Caminho de Santiago informou que existiu uma candidatura aprovada para o efeito. Em relação ao Caminho da Costa existe uma parceria entre todos os Municípios, desde o Porto até Valença, para o qual tem havido, sobretudo de Espanha, interesse e pressão política mediática para o mesmo ao chegar à zona de Caminha ser desviado pelo Ferryboat para o lado Espanhol, La Guardia. O roteiro do Caminho da Costa tem esse desvio. A pressão vem de la Guardia, de Baiona e de Vigo, de Municípios que nunca se interessaram pelo Caminho, designadamente Vigo expurgava tudo o que fosse peregrino por os considerar com escassos recursos. Atualmente o Concelho de Vigo é o entusiasta porque o Caminho da Costa é sua a única possibilidade de ter caminheiros para Santiago. No Minho a travessia do Caminho da Costa original é em Valença. O Caminho foi todo marcado com marcos e placas através de uma candidatura conjunta de todos os Municípios e da CCDRN. A afluência de peregrinos tem sido superior às expectativas iniciais, este ano já ultrapassamos os 60 mil e chegará aos 80 mil. Verifica-se que a restauração e hotelaria é a beneficiada do Caminho, os albergues privados estão a surgir por todo o lado. O Albergue do peregrino encontra-se sempre lotado. \_\_\_\_\_

Em relação à Liga Portuguesa Contra o Cancro, felicitou todos os voluntários de Valença, assim como, à Liga por acreditar neste projeto, encontrando-se o Município disponível para apoiar na medida do possível. \_\_\_\_\_

Por último em relação à canalização a drenar para a linha do comboio, junto ao Edifício Bruxelas, respondeu ao Membro Sra. Cláudia Labrujó que já se encontra resolvida. \_\_\_\_\_

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** informou que terminadas as interpelações políticas ao Sr. Presidente da Câmara passariam ao período da ordem do dia da ordem de trabalhos da presente sessão, concretamente à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

### III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

#### 1º PONTO - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Óscar Silva, Ana Sanches, Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sr. **Óscar Silva** para, em primeiro lugar, agradecer o convite formulado pela sua Colega Deputada Paula Natal que muito o honrou, mas que teria que pedir autorização à namorada para poder



responder afirmativamente ao convite. Em segundo lugar, manifestar a sua satisfação por ver cumprida, segundo mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, a concretização da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS para a criação de uma pista no monte do Faro de Downhill e manifestar que de facto é uma boa obra e uma excelente infraestrutura que pode catapultar Valença naquilo que é um destino de BTT, neste caso Downhill.

Em relação à resposta que lhe foi dada no que concerne ao cartão Jovem Municipal, referiu que cabe à Câmara Municipal procurar parceiros para promover descontos vantajosos para os valencianos e garantir que este não será apenas mais um cartão, não esquecendo que o próprio Município poderá garantir descontos naquilo que é a utilização dos serviços municipais. Apesar de considerar que a concluir-se será sempre uma medida de mais valia, entende que a anunciação à comunicação social, em 2011, que em Valença seria uma realidade, não deveria ter acontecido se não estavam reunidas as condições para a efetivar, contudo como foi prometido deveria ser concretizado.

Por último, recordou ao Sr. Presidente da Câmara que ainda se encontram por responder as questões por si levantadas, no que concerne aos investimentos de interesse municipal e à estratégia para a cultura, neste verão, em Valença.

- Do Membro Sra. **Inês Ferreira** para, após as habituais saudações, congratular-se pelo facto de Valença reunir condições de atratividade para o capital galego. Baseou-se numa notícia do jornal online “La Voz de Galicia”, de vinte e um de maio último, que para além de elencar no mapa de Portugal todas as empresas galegas, continha opiniões de empresários com empresas localizadas em Valença, que iam desde a forma como são acolhidos ao preço do metro quadrado competitivo, infraestruturas, passando pelo domínio línguas estrangeiras por parte dos técnicos superiores e pelas expectativas de crescimento para vinte anos. Pelo mencionado continua a verificar-se que Valença continua a ser uma ponto de atração ao investimento.

Por último, questionou da previsão de investimentos na zona industrial, assim como, da previsão para a iniciação dos trabalhos de requalificação da Escola Básica e Secundária de Valença - Muralhas do Minho.

- Do Membro Sra **Ana Sanches** para, após as habituais saudações, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que os elucidasse de uma forma mais abrangente quanto ao processo judicial nº 18, porque pela informação que detém considera um pedido de condenação de pagamento de uma quantia um pouco elevada no que se refere à empresa Gonçalves & Cachadinha, por obras efetuadas entre os anos de 1999 e 2001.

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes.

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às questões que, por falta de tempo, ainda não o tinha feito.

Assim, quanto ao apoio às vítimas dos incêndios frisado pelo Membro Sra. Aurélia Correia, mencionou que às supra citadas entidades se associaram também os Bombeiros na recolha de bens com destino a Pedrogão Grande. Aproveitou a oportunidade para se congratular com o apoio de toda a comunidade e com a aprovação do voto de pesar para as vítimas do drama, de há quinze dias atrás. Esta é uma zona que

lhe diz muito, porque é natural dali. O Município de Pedrogão Grande faz fronteira com o Município da Sertã, também afetado pelo incêndio na parte oeste, o qual felizmente foi dominado a tempo, em parte devido à limpeza que circundava as plantações no local. Agradeceu a todos os que apoiaram e aqueles que continuam a apoiar. \_\_\_\_\_

Em relação à intervenção do Membro Sr. Óscar Silva, informou que a Pista Downhill não está finalizada, ainda é necessário efetuar uma intervenção para reduzir os riscos da Pista, serviço que terá que ser executado por manobrador com experiência numa retro-escavadora lagarta. Para o licenciamento da pista será necessária pronúncia por parte dos Baldios e da Junta de Freguesia, para que possa abrir ao público sem quaisquer ónus e encargos para a Câmara Municipal ou para qualquer entidade que venha a ficar com a responsabilidade desse espaço. \_\_\_\_\_

Em relação ao Convento de Ganfei tem conhecimento de que a RAR está à procura de investidores. Uma parte do projeto localiza-se em zona de reserva agrícola, contudo o Ministério da Agricultura já desbloqueou o processo. Acredita que exista a intenção de aliciar o investidor com uma candidatura aprovada pelo Turismo. \_\_\_\_\_

No que concerne ao processo do aquapark na freguesia da Silva, é digno de um filme. Depois do Património ter imposto o afastamento de um mínimo de 50 m aos taludes do forte existente em terra praticamente destruído, os Baldios da Silva receberam a notificação de que em relação aos 3,5 hectares onde está o campo de futebol e o pavilhão, o ICNF não desbloqueia o regime florestal e em relação aos 15 hectares para o Aquapark tem parecer favorável, estando, neste momento, o processo na CCDRN para o respetivo procedimento. Os investidores apesar de todos os contratempos que este processo tem tido, continuam interessados. São constrangimentos da estrutura de Estado e não propriamente das figuras de Estado. Sendo uma exceção, acredita que não seja fácil assumir o desbloqueio, porque que os protetores da floresta irão contrapor. Espera que seja resolvido rapidamente. \_\_\_\_\_

Em relação à programação cultural para os meses de verão, informou que, durante a primeira quinzena de julho, será tornada pública. À semelhança de anos anteriores contará com uma série de iniciativas, nomeadamente, o Festival IKFEM que decorrerá durante uma semana, assim como, as festas da Senhora do Faro e do Concelho com um cartaz interessante, nos moldes do ano anterior. Existem outras iniciativas apoiadas pela Câmara Municipal, como sendo o encontro luso galaico em Verdoejo a realizar no próximo domingo e o aniversário da Associação Cultural de Verdoejo, no próximo dia quinze, com a presença de “João Afonso”, apesar de ser um espetáculo para um determinado público é um artista de renome. Louvou o trabalho que as instituições desenvolvem para que a população tenha a oportunidade de assistir a espetáculos com artistas de renome. Por último, e em relação a este assunto, mencionou que o Município possui uma programação interessante e com variadíssimos espetáculos, apesar de não se equiparar a outros concelhos, como sendo Ponte de Lima, que gasta mais um milhão de euros, nem com Vila Nova de Cerveira que sendo uma vila das artes, tem que ter uma agenda cultural condizente com a sua classificação. \_\_\_\_\_

Em relação a investimentos, informou que já estão em funcionamento algumas unidades industriais novas, com destaque para a TRIMAR e a MARSAN. Pelos membros desta última empresa foi-lhe manifestada a intenção de implementar uma outra nova unidade “estruturas das baterias do carro elétrico”, com necessidade de mais 10 mil metros de terreno. O terreno no qual estão interessados é propriedade da autarquia. \_\_\_\_\_

Existem outras com terrenos adquiridos e processos de licenciamento em curso, como sendo uma

unidade de extorsão de alumínio (fabrico de perfis de alumínio para caixilharia) e outra de automatismos para portões. São unidades de média dimensão, em termos de número de trabalhos e de grande dimensão em termos de implantação. Continuam a debater-se com a dificuldade na angariação de mão de obra qualificada e não qualificada e com a dificuldade em encontrar habitação disponível para arrendamento, repercutindo-se na dificuldade de recrutamento de trabalhadores. O recurso a mão de obra oriunda de outros concelhos e inclusivamente do País vizinho é uma realidade que até há bem pouco tempo não existia. \_\_\_\_\_

Em relação ao processo judicial nº 18 esclareceu que se refere a uma ação administrativa em que o autor solicita a condenação do Município no pagamento da quantia de 57.369,20€ correspondente a faturas de empreitadas realizadas pela Gonçalves & Cachadinha, há vários anos atrás, e ainda de juros vincendos sobre as mesmas, ou seja, vem reclamar dessa quantia que entende que lhe é devida, correspondente a obras realizadas entre os anos 1999 a 2001, na freguesia de Cerdal, algumas realizadas pelo Município outras pela junta de freguesia. Pelos arquivos que existem na Câmara Municipal as obras encontram-se pagas, o município defender-se-á do que seja, por não se considerar devedor. No seu entender não tem qualquer fundamento. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sr. **Óscar Silva** para, na sequência do aludido pelo Sr. Presidente da Câmara no que concerne à aposta que alguns concelhos vizinhos fazem na área da cultura, frisar que Vila Nova de Cerveira em boa altura percebeu a importância de criar uma imagem de marca e uma aposta consistente na cultura, tornando-se numa Vila das Artes. Em Valença o mesmo não se verifica, porque se assiste a um desenho da agenda cultural de Valença alusivo às festas do concelho como uma espécie de tábua de salvação da agenda cultural valenciana. Recordou que há dois anos foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que as festas do concelho eram um modelo ultrapassado e desprovido de qualquer encaixe numa agenda cultural moderna, porque não existia uma figura religiosa de referência. Em suma, questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre a estratégia do Município em termos culturais respondeu-lhes com uma agenda cultural alusiva às festas do concelho, verificam que não foi desenvolvida qualquer estratégia cultural no Município. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sra **Inês Ferreira** para, na sequência da intervenção do seu antecessor, lembrar que por um lado Vila Nova de Cerveira criou, há muitos anos, essa imagem de marca, pelo outro Valença, há muitos anos, não o fez, assim como, também não atribuía apoios de forma equitativa às associações do concelho. Seguidamente lembrou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe ficou por responder a previsão para o início das obras da Escola Básica e Secundária de Valença, solicitando a resposta à questão. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os respetivos esclarecimentos. \_\_\_\_\_

**O Presidente da Câmara** voltou a frisar ao Membro Sr. Óscar Silva que entende que as Festas

Concelhias deverão estar associadas a uma figura religiosa, à semelhança daquilo que é feito nos concelhos vizinhos, tendo exemplificado com o Município a Norte, Monção que realizam as festas concelhias em Honra da Senhora das Dores. Portanto o referencial é religioso e a envolvente é cultural. Como todos tem conhecimento em Valença não ocorria dessa forma. Fazia-se um programa cultural que coincidia com a peregrinação de Nossa Senhora do Faro, que no seu entender não fazia qualquer sentido. Termos em que se decidiu que, a manter-se a realização das Festas, e desde que existisse uma Comissão, ter-se-iam que associar a uma figura religiosa. Por acaso, no dia 15 de agosto, na envolvente à sede do concelho, não existem figuras religiosas de referência tão fortes como a Senhora do Faro. Portanto no que a isto concerne estão a construir uma agenda cultural para a festa. \_\_\_\_\_

Seguidamente, mencionou que em Valença tornava-se necessário possuir um espaço, como o CILV, para proporcionar a oferta cultural que os valencianos merecem. Incumbiu ao Sr. Vereador da Cultura e ao respetivo técnico Jorge Areias a preparação de uma programação cultural, para o próximo ano, à semelhança de Arcos de Valdevez. Claro que a pensar na lotação que o espaço possui, 200 lugares e com alguma moderação em termos de custos, contudo estão a pensar na realização de um espetáculo por mês. A receita que for arrecadada servirá apenas para cobrir as despesas da luz do espaço, assumindo o Município os restantes encargos com os espetáculos. Não será a casa das artes como Arcos de Valdevez mas será o auditório das artes para esse efeito. Existirão, pontualmente, alguns espetáculos de alguma dimensão a expensas do Município. Valença não se pode equiparar ao Município de Vila Nova de Cerveira, Vila das Artes, que possui apoios específicos para a realização do ano da bienal, nem ao de Ponte de Lima, com uma programação cultural de cerca de um milhão de euros. \_\_\_\_\_

Em relação à intervenção do Membro Inês Ferreira, informou que a requalificação da Escola Básica e Secundária de Valença só iniciará obras depois do verão. Foram apresentadas 19 propostas ao concurso, todas rejeitadas por apresentarem valores superiores ao valor base do concurso, 2,5 milhões de euros. Termos em que se procedeu à abertura de novo concurso com valor base da empreitada de 2,9 milhões de euros. O financiamento para o efeito obtido através da candidatura ao “Portugal 2020” foi dividido entre todos os Municípios, tendo Valença sido contemplado com 1,7 milhões de euros. Ora se se analisar, em termos de empreitada da escola, o Município terá que suportar um encargo de 1,2 milhões de euros. A necessidade de requalificação das Escolas é uma situação transversal aos Municípios em geral e para a qual o Governo Socialista assumiu o compromisso em executar na íntegra, contudo este não possui verba, nem irá possuir sequer fundos europeus até ao final do quadro comunitário para se reforçar a área da educação, pelo que os 83 Municípios da zona norte se veem obrigados a candidatarem-se aos programas para a requalificação das escolas. Em suma, mais uma vez, o Município substituiu-se ao Estado . \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de maio de 2017. \_\_\_\_\_

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia sugeriu um **intervalo**, pelo que a sessão foi interrompida às 11h05m e retomada pelas 11h35m. \_\_\_\_\_

Reunido o necessário quórum foram retomados os trabalhos da sessão. \_\_\_\_\_

**PONTO 2º – EMPRÉSTIMO BANCÁRIO MÉDIO E LONGO PRAZO – RELATÓRIO PRELIMINAR**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de vinte e seis de junho corrente, foi apresentado todo o processo referente ao empréstimo bancário médio longo prazo aprovado para a respetiva apreciação e decisão.

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 2º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs José Nogueira, Inês Ferreira e Alberto Vilas.

- Do Membro Sr. **José Nogueira** para referir no que concerne a este ponto, que dos procedimentos tomados a montante, verificaram a inexistência de circunstâncias excecionais e urgência que levasse o Sr. Presidente da Câmara Municipal a agir como agiu. Refere o nº 3 do art. 35º da Lei 75/2013 que “Em circunstâncias excecionais e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir este órgão (Câmara Municipal), o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade.” Pelo que questionou o Sr. Presidente da Câmara com base em que circunstâncias excecionais tomou a decisão de contrair um empréstimo de 1,5 milhão de euros e se lhe bastou que o destino destas verbas estivesse devidamente fundamentado. Claro que ausência de decisão poderia significar a inelegibilidade a nível de fundos, ou seja, perda de oportunidades, pelo que considera falta de visão política e de boas práticas da administração e de desempenho. Recordou que o atual executivo acabou com as galerias técnicas, na 1ª e 2ª Fase da Fortaleza, concretizadas antes da sua tomada de posse, com certeza por entenderem não ser necessário prever os 50 ou 100 anos futuros. Em suma, verificou-se que desde então a vila não teve quaisquer desenvolvimento, é pequenina e meia desertificada. Quanto a ser Património da Humanidade já se ouve falar no assunto há muito tempo, contudo nada se faz anda à deriva, ora se junta ora vai à deriva. Portanto não sabem muito bem o que é que é o património da humanidade e, no que a este assunto diz respeito mencionou que já tinham herdado um dossier que já previa esta situação. Em vez de fazerem anúncios estapafúrdios, o executivo do PS disse que estava a trabalhar neste sentido e quando a candidatura fosse aprovada seria anunciado. Porque projetos e expectativas é uma coisa, concretização é outra.

Seguidamente, mencionou que ouviu aqui gabar o CILV, uma obra de fachada, a obra da Quinta da Mota na qual efetivamente a Câmara Municipal investiu milhões, primeiro fizeram-se as obras exteriores e depois as interiores, “à moda galega”. Enfim ainda bem que não existiam dois pisos senão teriam começado pelo telhado.

Quando foi dito há pouco que o Município terá que suportar um encargo de 1,2 milhões de euros para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Valença, questionou o Sr. Presidente da Câmara se não existiam 5,5 milhões de euros por receber das participações comunitárias e se não havia dinheiro. Termos em que questionou a necessidade de contrair um empréstimo de 1,5 milhões de euros. Lançar concursos públicos para tapar a vista ao povo.

Ainda em relação ao objeto do empréstimo no que concerne à repavimentação das estradas, frisou que este executivo durante a sua “vigência” absteve-se de ir fazendo a pequenas reparações e fruto desta atitude teremos que agora proceder a repavimentações e ajustes diretos, porque se for para concursos públicos de certeza que não se iniciam antes das eleições. Questionou ainda da urgência deste

empréstimo. Vai contrair empréstimos e vai deixar ónus e encargos aos executivos futuros, ou seja todos os atos que praticam, quando há uma nulidade no início, essa nulidade ou anulabilidade repercute-se para o futuro, toda a sua ação está ferida de nulidades. No seu entender a saúde económica e financeira do Município tão louvada é desprezada em manobras eleitoralistas as quais, da forma como foram justificadas, são apenas para encher o olho. \_\_\_\_\_

Continua sem acreditar que a requalificação da rede viária subjacente à contração deste empréstimo, venha a ser efetuada num futuro próximo. Considera que a fazer-se próximo das eleições autárquicas, o PSD pretende impor a vontade, como já o disse, aos executivos posteriores, coagindo a vontade própria e impondo este ónus e encargos inadmissíveis, ou seja, este pedido de empréstimo para este órgão aprovar é moralmente inaceitável, pelo que iriam votar contra. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sra. **Inês Ferreira** para comentar as afirmações do seu antecessor. Relativamente ao facto de não se fazer nada, no que concerne à candidatura da Fortaleza a Património da Unesco, informou que a mesma já está na lista inicial e é por aí que começa. \_\_\_\_\_

Relativamente à contração do empréstimo deixar custos futuros para executivos posteriores, recordou que antes do primeiro mandato do atual Presidente da Câmara foram inaugurados alguns centros escolares com deficiências de obra, inclusivamente questionadas ao atual Presidente da Câmara por um membro do grupo do PS. As mesmas foram solucionadas e pagas pelo atual executivo. Em suma, considera que o seu antecessor não faz retrospectiva no tempo quando ataca o atual executivo. \_\_\_\_\_

Com foi dito pelo seu antecessor, as obras que estão agora pensadas já se encontravam programadas e previstas no orçamento para 2017, aquilo que provavelmente não teriam reparado é que eram obras sem financiamento e como tal, necessário financiamento para a respetiva execução. \_\_\_\_\_

Por outro lado, é perceptível no documento que recebeu, no que ao empréstimo diz respeito, que o Presidente em exercício esclareceu o fim a que se destina o empréstimo e seu procedimento, assim como, que após autorização por parte deste órgão ainda é submetido a “Visto” do Tribunal de Contas. De todos os projetos identificados no processo, o de maior encargo é o da 4ª Fase da Fortaleza, a qual, como é óbvio, não existe “timing” para a sua execução antes das eleições, como foi anteriormente dito pelo seu antecessor, portanto não podem acusar de eleitoralismo. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sr. **Alberto Vilas** para, após as habituais saudações, dar a sua opinião fora do âmbito das intervenções antecedentes. Não se vai referir sobre a validade ou valia deste empréstimo, porque legalmente pode ser feito e sem qualquer margem de dúvida, portanto considera que deve ser contraído. Devem-se aproveitar as oportunidades que surgem pelo que desprezou a argumentação de eleitoralismo que se faz a este empréstimo para que as obras possam produzir efeitos em outubro. Por falar em eleitoralismo ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara não tem a competência de aumentar os pensionistas em agosto, nem o poder de cortar às longas pensões a partir de outubro e ainda bem que não tem a possibilidade de agora meter a Cidade de Lisboa Candidata à Agência Europeia do Medicamento, porque isso sim não são atos eleitoralistas, são atos de boa gestão, nacional e do domínio público. \_\_\_\_\_

Há algum tempos atrás, quando se falava na crise das Instituições Bancárias, o Estado teve que injetar capital, o que significa que fomos todos nós, por exemplo na CGD que é aquele que todos reconhecem como o Banco do Estado, portanto o de todos. Mas na verdade quando um organismo público, uma instituição que tem capacidade financeira que trabalha todos os dias e que não vai abandonar o território,

pretende fazer um empréstimo e contacta as instituições do concelho e estas apresentam propostas, três são seleccionadas, de entre elas a Caixa Agrícola, o Santander e a CGD, deixa-o espantado porque aquele que deveria ser o Banco, a CGD, a apresentar menor taxa, o banco de todos e que existe para apoiar a economia e os organismos públicos, que deveria ser a alavanca da economia nacional e dar apoio às instituições publicas, é aquele que apresenta pior taxa. Em suma, continua a considerar que o empréstimo se justifica e que as obras identificadas são prementes e se falarem de eleitoralismos muitas outras coisas ter-se-iam que falar. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os esclarecimentos que se seguem. \_\_\_\_\_

**O Presidente da Câmara** começou por frisar que enquanto Presidente executa, nos termos da lei, atos dentro da esfera das suas competências, não furta nem viola a lei, e toma decisões com o enquadramento legal vigente. Quanto ao empréstimo em causa, esclareceu que neste momento apenas decidiu, nos termos da lei, dar início ao procedimento do mesmo, o qual cumprindo todas as formalidades legais foi a ratificação em sede de reunião de Câmara e o ato praticado foi ratificado pelos Srs. Vereadores. O Presidente da Câmara nunca poderia autorizar a contração de um empréstimo na medida em que é um ato da exclusiva competência da Assembleia Municipal. Verifica-se má interpretação dos procedimentos, pelo que voltou a frisar que aquilo que se está a debater, em sede de sessão deste órgão, é a autorização para contração do empréstimo. Portanto, sem qualquer nulidade em todo o processo. \_\_\_\_\_

Em segundo lugar, dizer que lhe parece que algumas pessoas andam distraídas, porque não estão atentas ao conteúdo do orçamento municipal para 2017, dedicando-se apenas a proferir declarações de voto pré-concebidas. Caso assim não fosse ter-se-iam apercebido da inclusão dos projetos em causa no PPI e no orçamento municipal para 2017 e de que forma iriam ser financiados. Recordou ter sido mencionado aquando da aprovação desse documento de gestão que quando fosse o “timing”, o Município recorreria ao Mercado Bancário, o qual, também, poderão verificar num dos seus esclarecimentos na ata da última sessão da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

Atualmente o Município possui capacidade de endividamento de 10 milhões de euros, que comparando com o ano de 2010, quando assumiu as funções de Presidente, a gestão feita até então permitiu que capacidade de endividamento fosse zero. Esta afirmação pode comprovar-se nos relatórios quer de gestão quer dos auditores externos. Os executivos anteriores esgotaram a capacidade de endividamento da Câmara, portanto sem qualquer possibilidade de ir ao Mercado. Éramos das poucas Câmaras do Distrito com capacidade endividamento zero e com o alerta da DGAL de que o limite do endividamento tinha ultrapassado os 120%. \_\_\_\_\_

Para além da capacidade de endividamento de 10 milhões de euros que o Município possui atualmente, também tiveram conhecimento de que no início deste mês de junho existiram operações de tesouro do Estado cuja taxa de juro chegou aos 3%, proporcionando a ida ao mercado. Verifica-se dos documentos apresentados que o Município conseguiu uma taxa de 1,09%, o que significa que o sistema bancário acredita na execução do Município. Outros bancos foram contactados e não apresentaram proposta, por falta de capacidade em apresentarem taxas competitivas. \_\_\_\_\_

Lamentou que a CGD não seja o banco mais competitivo, sendo o Município cliente tem verificado que é uma instituição que se apresenta com taxas mais elevadas quando deveria estar ao dispor de todos nós

porque o seu maior acionista é o Estado. Sistemáticamente o serviço das Finanças diz que a CGD é um banco do Estado que deveria estar ao serviço dos Municípios e da economia portuguesa mas agarra-se às burocracias e apresenta taxas superiores a outros Bancos. \_\_\_\_\_

Na informação escrita da sessão de hoje está explanado o endividamento da autarquia. Neste momento a Câmara Municipal deve à banca 5.165.000,00€ (cinco milhões cento e sessenta e cinco mil euros). Já foi pedido um empréstimo e já tinha informado que quando fosse o “timing” o Município iria pedir outro. A Autarquia está a amortizar 500.000,00€ (quinhentos mil euros) de empréstimo por ano. Encargos financeiros insignificantes. Depois dizer – lhes que algumas destas obras nem sequer irão ser iniciadas até às eleições, nem é a sua preocupação. A sua preocupação é com o próximo ano que se cá estiver tem que pedir dois vistos ao Tribunal de Contas, um para a Escola Básica e Secundária de Valença e o outro será para a 4ª Fase da Fortaleza e este indagará o Município sobre como é que as obras irão ser executadas, se por financiamento, e a Câmara Municipal responderá que a comparticipação para a Fase da Fortaleza não é previsível ser mais de 50%. O Tribunal de Contas fiscaliza a proveniência do dinheiro. Receitas provisionais futuras não contam. Na venda de património tem que se saber qual é o que se vai vender, se já foi avaliado e se já tem proposta. Hoje em dia não se pode colocar no orçamento a venda de património, apenas receita proveniente da mesma se já estiver celebrado o contrato de promessa de compra e venda, contrariamente aquilo que acontecia no passado. Em suma, hoje em dia os Municípios são muito mais controlados do que no passado. \_\_\_\_\_

Neste momento o Município possui 2.250.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta mil euros) no banco e ainda possuem 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) do empréstimo comprometido, nomeadamente, para as obras do Edifício dos STO, o qual, enquanto estas não forem executadas devido a atraso nas candidaturas no âmbito da eficiência energética estarem atrasadas, estará por utilizar. \_\_\_\_\_

Atualmente o Município goza de boa saúde em termos de tesouraria e com boas perspetivas, fruto da boa gestão e para a qual dever-se-á continuar a trabalhar para possuir uma almofada de liquidez, para execução de obras necessárias, sobretudo para quando abrirem candidaturas. \_\_\_\_\_

Deu conhecimento que para o arranjo da envolvente e adjacentes ao largo a lua de mel contraíram um empréstimo de um milhão de euros, metade foi gasto no largo. Na passada terça feira tiveram conhecimento que a obra do largo entrou na regeneração urbana, portanto o Estado Europeu vai participar 95% da obra, traduzindo-se em 450 mil euros de liquidez para o Município. Pelo facto de receber esta participação não significa que o campo da feira vá ser executado logo a seguir. Tem noção do mau estado em que se encontra o campo da feira, contudo apenas será executado quando existirem as infraestruturas adequadas para o mesmo. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, há poucos dias, teve uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, Sr. Dr. Carlos Miguel o qual informou que o Governo está a trabalhar na reprogramação do Portugal 2020, contudo a rede viária não está prevista. Até 2021 não vão existir fundos comunitárias para a área da rede viária portanto vamos ter que aguardar. \_\_\_\_\_

Existem Municípios maiores do que Valença, para os quais esta notícia é uma tragédia a não ser que o Governo tome outras decisões através de um plano estruturado ou de um empréstimo do BEI e consiga arranjar um empréstimo global por Nutts, para cada um dos Municípios gastar durante 10 anos ou então cada Município terá que executar a rede viária a expensas próprias mediante a sua capacidade de endividamento. Portanto não há alternativa. Equipamentos sociais também não há previsão nenhuma de



reforço de verbas para esse efeito, uma área que têm vindo a chamar a atenção que é necessária. Inclusivamente o próprio Governo não sabe como serão os próximos anos e muitos de nós podemos não acreditar mas o país continua em contenção orçamental, sobretudo na área da despesa. Existe a possibilidade de poder existir o reforço de verbas para áreas que já estão abertas, nomeadamente para a regeneração urbana. No que concerne à eficiência energética, o atual modelo obriga à devolução de toda a poupança à União Europeia, apesar de nenhum município do País se mostrar disponível para tal, uma vez que a posição inicial que era de efetivamente investirem meio milhão de euros na substituição da caixilharia das iluminárias da iluminação pública e dos edifícios, com o objetivo de reduzirem a fatura energética. Portanto neste momento as notícias são muito desagradáveis. Como não se perspetiva qualquer alteração favorável aos Municípios, considera que os deveriam deixar utilizar as verbas na regeneração urbana, na mobilidade urbana, nos parques empresariais, sobretudo nas zonas onde existe a procura de solo industrial, dotando-os das infraestruturas necessárias. \_\_\_\_\_

Tem alertado a CCDRN de que se existem mais verbas para os parques empresariais não se justifica que tenha sido lançando um concurso de 122 milhões de euros para distribuir pela região Norte, porque a dividir pelos Municípios da Região fica reduzido aos escassos 200 a 300 mil euros para cada um. Portanto se houver oportunidade e sempre que existir abertura, o Município de Valença recorrerá a empréstimo, visto que possui muitos projetos para entrar em candidaturas e para as quais tem que possuir liquidez. Não nos podemos comparar ao Município de Ponte de Lima que possui uma conta bancária abastada e que gasta por conta. Conseguem fazer obra ficando uma percentagem por fechar e quando abrem as candidaturas concorrem. Os outros concelhos não se podem comparar nesse aspeto, porque não têm a mesma capacidade financeira, nem suporte com arrecadação de receitas, porque se assim o fizerem e as candidaturas não forem aprovadas correm risco de não terem capacidade financeira imediata para pagamento da obra, quer seja por receitas próprias quer seja através de financiamento. A título de exemplo mencionou que uma Câmara do Vale do Lima gastou em obra para rede viária 3 milhões de euros convencido de que iria receber 85% de comparticipação através de candidatura a fundos comunitários. Depois da reunião que tiveram há dias com o Sr. Ministro, o Presidente dessa Câmara entrou em pânico porque teve conhecimento de que não vão abrir candidaturas para essa área, estando neste momento com um problema sério para resolver. \_\_\_\_\_

Finalizando, e por tudo o acima exposto espera não deixar nenhum encargo para o executivo seguinte, contudo se a preocupação do plenário é essa, se não continuar no executivo, poderia ficar a deliberação com a condição de que logo no dia seguinte às eleições fosse anulado o empréstimo, ficando sem encargos para quem vier a seguir. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia, procedeu à abertura da **segunda ronda**, tendo todos prescindido à exceção José Nogueira. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sr. **José Nogueira** para mencionar que abriu o tempo eleitoral portanto deve responder-se com factos e números, questionando há quantos anos se está na lista da Unesco e quantos mais se estará, porque desconhecem. Alguma vez seremos aprovados? Provavelmente não. Mas isso logo se vê. Com esta dinâmica que tem sido demonstrada desde 2009 de certeza que em 2059 a manter-se a governação do PSD nem lá chegaremos. \_\_\_\_\_

Quanto à inauguração dos centros escolares e que as obras tiveram que ser pagas pelo PSD, tiveram o cuidado de fazer um levantamento do Centro Escolar de Friestas, obra que constava da carta educativa. \_\_\_\_\_

Carta educativa esta que não sabe se existe porque a respetiva Comissão da Educação não reúne, como não reúne qualquer comissão desta Assembleia Municipal, ou seja, que manter o povo e os órgãos eleitos democraticamente na ignorância é o timbre desta Assembleia Municipal e desta Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

Questionou ainda se o Centro Escolar de Frietas era necessário ou não? Este possuía um subsídio aprovado de 502.000,00€, do qual faltavam receber 342.803,00€. O Centro Escolar de Valença foi adjudicado por 2.300.141,00€ e com subsídio 1.964.000,00€ do qual faltavam receber 332.951,00€. O Centro Escolar de Passos-Cerdal adjudicado 729.604,00€ ainda havia por receber 224.229,00€. O Jardim Infância de Bogim não havia subsídios mas era uma obra premente e tinha que ser feita. Como tal, a requalificação da Cidade Nova, parece que foi este executivo que a fez, o subsídio para a requalificação da Cidade Nova foi atribuído a 100% de fundos comunitários e receberam 1.474.145,00€. Sabem quanto havia por receber quando esta Câmara Municipal tomou posse 1.031.000,00€. Foi dito nesta sessão que tinham zero como diria o “Jorge Jesus” “bola”, mas não tinham nem uma coisa nem a outra porque já existia um empréstimo visado pelo Tribunal de Contas que estava disponível de 1.000.000,00€ e esta Câmara tinha de subsídios por receber de fundos comunitários 5.185.626,00€. Honrando a verdade esta Câmara fez uma coisa bem que foi a reestruturação da dívida, coisa que necessariamente teria que ser feita, porque existiam dificuldades de tesouraria, mas também havia todo este dinheiro que acabou de referir por receber 5.185.626,00€. O Sr. Presidente da Câmara se for honesto confirmará que temos que pagar antes para receber depois e às vezes esperar anos. Ainda existiam cerca de 500 mil euros por receber do Quadro Comunitário de Apoio anterior. Portanto esta Câmara tinha para receber 5.185.626,00€ mais um empréstimo de 1.000.000,00€ e dizerem que a governação do PS deixou esta Câmara Municipal à beira da banca rota é obviamente mentira, podendo-o demonstrar com números e se quiser cópia deste quadro que foi elaborado pelo serviços camarários, tem todo o gosto em lho oferecer porque ao que lhe parece não beneficiou da mesma informação contabilística que os restantes. \_\_\_\_\_

Depois já ouviu muita coisa sobre política nacional mas a verdade é que parece que os portugueses gostam da folga e da margem que o governo lhes dá. \_\_\_\_\_

E aquilo que pelo próprio inicialmente até teria sido questionado hoje é amplamente elogiado e pelo Ministro Schauble, quando se fala que Portugal pagava taxas de juros, infelizmente a Alemanha espirra e o Sr. Schauble tinha uma amizade imensa com o anterior 1º Ministro Dr. Paços Coelho, resistiu até quando lhe foi possível na anunciação do que o “demónio” viria. Mas até o Sr. Schauble diz que o “demónio” não vem. \_\_\_\_\_

Depois aquilo que os Portugueses preferem ou não o voto assim o dirá e espera que comece nas próximas eleições autárquicas. O PS é obra e o PSD é suicídios. \_\_\_\_\_

Quanto à Caixa Geral de Depósitos, a verdade é que o PSD deixou chegar o sistema financeiro ao que chegou por falta de regulação, em parte, exemplificando com o BPN e BPI. Questionando o motivo porque é que os grandes bancos nacionais não apresentaram proposta, por exemplo o Banco Santander Totta. Quanto à taxa de juro neste momento a verdade é que a taxa bancária internacional tem baixado para Portugal e consistentemente. O facto de Valença ser mais que o Estado, recordou-lhe que se o Estado Português falir, Valença vai à falência. Parece-lhe ridículo que se diga que a Câmara Municipal de Valença é melhor pagador que o Estado, não gosta que lhe atirem areia para os olhos, nem merece mais comentários. Conseguir uma boa taxa de juro porque há linhas bancárias e os próprios bancos fazem a sua projeção. Não estamos a falar dum empréstimo para um ano, estamos a falar que pelo menos vai onerar duas gerações. As previsões económicas são boas, está a diminuir o desemprego, aumentar o

investimento privado e mesmo público e não andamos de mãos estendida à Europa, porque esta cada vez nos vai dar menos fundos Comunitários. \_\_\_\_\_

**O Presidente da Assembleia** alertou o Membro Sr. José Nogueira para terminar a sua intervenção, dado que tinha ultrapassado tempo, que lhe estava destinado, em demasia. \_\_\_\_\_

Quanto a esta chamada de atenção o **Membro Sr. José Nogueira** referiu que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não interrompeu o Sr. Presidente da Câmara quando este utilizou mais do que 15m. \_\_\_\_\_

Perante esta reflexão o Presidente da Assembleia Municipal decidiu esclarecer o seu antecessor de que o Sr. Presidente da Câmara utilizou uns segundos a mais do que o tempo que lhe estava destinado, enquanto que o Sr. Dr. Nogueira se alargou para além do tempo estipulado para a sua intervenção em três minutos e meio. Portanto não aceita esse tipo de comentários, já mencionou por diversas vezes que apenas alerta para o extravasar do tempo quando o interveniente divaga ou quando se excede em muito no tempo de intervenção que cada um dos Membros possui. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sr. **Inês Ferreira** para referir que a Candidatura de Valença a Património da Humanidade já começou há muitos anos e nada aconteceu. O atual executivo aliou-se a outras Cidades abaluartadas e se verificarem a lista indicativa veriam que Valença já está nessa lista e só agora é que aí se encontra inscrita. \_\_\_\_\_

Quanto aos Centros Escolares quiseram fazer o Centro Escolar de Friestas à pressa, ao qual um colega de bancada do seu antecessor apontou diversos problemas de ordem estrutural. \_\_\_\_\_

Relativamente ao dinheiro que supostamente o Dr. Jorge Mendes no seu primeiro mandato tinha à disposição, frisou que o ouviu dizer muitas vezes que após a tomada de posse verificou que não tinha dinheiro para pagar os salários aos funcionários. \_\_\_\_\_

Relativamente ao facto de os bancos estarem agora melhor, referiu que em 2011 a banca portuguesa estava seca, porque teve que emprestar ao Estado para este pagar ao exterior e as taxas de juro eram de tal ordem que foi preciso o Ministro das Finanças convencer o Sr. Eng. Sócrates a pedir ajuda externa, à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional. Foi preciso descer o défice orçamental que se encontrava nos 10%. Decorridos quatro anos de austeridade verifica-se que o País melhorou a nível económico financeiro, portanto o PS quando chegou à governação, a meta de austeridade já estava bastante alcançada. É muito fácil reduzir défice quando ele já é menor. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sr. **Alberto Vilas** para referir em relação aos bancos e à capacidade bancária julga que todos os presentes se lembram duma guerra que houve entre Bancos em que a CGD, o nosso Banco, o Banco do povo, serviu para comprar ações de outra instituição bancária. \_\_\_\_\_

Relativamente à lista de participações que o colega Sr. José António Nogueira frequentemente apresenta, considera que já era altura de mudar porque esse quadro já foi a julgamento 2 vezes em 2 eleições. Todos tem conhecimento do resultado desse julgamento, daquilo que o povo disse a essa listagem, a essa grelha e a outras propostas apresentadas. Comprovou-se que o povo estava a gostar de quem estava a governar porque continuou com a mesma posição e atitude na votação e pelos vistos continua a gostar de quem está a governar agora. \_\_\_\_\_

Em relação às obras eleitoralistas, já era tempo de se ter percebido que ninguém ganha eleições com

obras de última hora. As eleições começam-se a ganhar no primeiro dia do mandato. Quem está à espera de ganhar eleições 15 dias antes do próximo mandato sabe de certeza absoluta que não as vai ganhar. Portanto, a aprovação que hoje é solicitada a este órgão acerca do empréstimo, não é com certeza para questões eleitorais, mas sim para questões que são prementes e necessárias resolver. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os respetivos esclarecimentos. \_\_\_\_\_

Começou por fazer algumas considerações genéricas, nomeadamente, no que concerne às menções que o Sr. Dr. António Nogueira teima em frisar constantemente, que em 2009 a Câmara Municipal tinha 5 milhões para receber de 6 milhões de faturas que já estavam no Município, porque as obras do Norte 2020, do QREN é contra fatura não é contra recibo, por isso é que o Município em 2009 terminou com dividas a fornecedores a curto prazo, de 6,5 milhões. A isto associado os trabalhos a mais que havia por resolver referentes aos Centros Escolares, portanto mal da Câmara se as obras não tivessem obtido alguma participação. \_\_\_\_\_

Em relação aos Centros Escolares nunca pôs em causa a necessidade das obras nas escolas primárias e jardins de infância, não obstante cometeram-se erros que se estão a pagar. O Centro Escolar de Friestas foi implantado em espaço de área reduzida, onde os alunos não podem usufruir de atividades lúdicas porque não existe espaço exterior para as mesmas. No seu entender era preferível que a implantação fosse num espaço de maiores dimensões ou então caso não houvesse capacidade financeira para tal fosse feito um projeto de adaptação e remodelação da Escola Primária de Verdoejo, porque tinha condições para ser o Centro Escolar da Região Norte. Outra alternativa poderia ser uma escola no interior, na freguesia de Gondomil ou de Boivão, porque evitar-se-ia desertificação que tanto os preocupa. Na altura disse que não tinha nada a objetar em se aproveitar as magníficas instalações da Escola de Verdoejo. Prosseguindo referiu-se ao Centro Escolar de Passos, Cerdal para dizer que as pessoas não tinham que ir presas por isso mas deviam ser chicoteadas em público, porque, por motivos eleitoralistas, candidataram-se a um centro escolar que ainda hoje não se usa como tal. Está a ser utilizado como jardim de infância e para AEC's, obrigando a Câmara Municipal a ter, em Cerdal, duas cantinas a funcionar e com recursos humanos a duplicar, o que para o Município se torna constrangedor com a obrigação da redução de número de pessoal. Quando falta uma funcionária, obriga a Vereadora do Pelouro, Elisabete Domingues, a acionar meios para a sua substituição, com agravante de não existirem recursos humanos disponíveis, transtornando dessa forma a regularidade do trabalho no edifício. Considera que é inaceitável e poderia ter sido evitado, o mesmo acontece em Valença, fizeram remendos à última da hora, e depois tiveram trabalhos a mais brutais. \_\_\_\_\_

Dirigindo-se ao Membro José António Nogueira disse que só pelo facto de estarmos com uma Candidatura a Património Mundial estamos a retirar as mais valias disso, basta ver a quantidade de turistas que nos visitam nos últimos anos, as pessoas já não vêm a Valença apenas pelo comércio, já vem muita gente só para visitar a Fortaleza, isto porque ouviram falar, porque estamos nas redes sociais, porque sabem que Valença está na lista indicativa nacional, ou seja, na lista do património a classificar. Isto é trabalho que tem sido feito, Valença encontra-se a coordenar a candidatura na qual se encontra Elvas, Almeida e Marvão. Aliás Valença esteve incluída nesse grupo dos quatro por volta de 2007 mas a

verdade é que nada se fez e Elvas avançou sozinha. Já em 2001, na primeira leva com Tui, perdemos a primeira oportunidade e na altura era muito mais fácil do que é agora. Porém, o facto de estarmos nesta lista já é bom sinal. \_\_\_\_\_

Depois, em relação às galerias, dizer que só não há galeria na Rua Direita por imposição da Direção Geral do Património que alegou que uma galeria como a que foi feita na Rua da Oliveira e nas outras, provocaria a ruída dos edifícios existentes. Mas, teimosamente, o executivo anterior manteve o projeto até ao fim com aquela galeria e o atual executivo é que teve, à última da hora, de alterar o projeto e a candidatura. Mas fez-se a terceira fase, a mais difícil. A quarta fase o projeto já se encontra feito há alguns anos, estamos a aguardar as candidaturas. \_\_\_\_\_

Neste momento temos a decorrer nas instalações do CILV um Congresso de 3 dias sobre “Investigação Operacional”, com 150 profissionais de topo quer de Portugal quer da Europa, que se encontram a dormir em Valença graças a essas infraestruturas. \_\_\_\_\_

Terminada a discussão do ponto 2º colocou-se à votação, tendo a Assembleia Municipal, num universo de **29 (vinte e nove)** com **22 (vinte e dois)** a favor e **com 7(sete)** votos **contra** dos Membros Srs. Álvaro Gomes, José Nogueira, Óscar Silva, Vitor Oliveira, Mário Cruz, Orlando Oliveira com declaração de voto acima transcrita e, ainda do Membro Sra Cláudia Labrujó, aprovar a contratação de empréstimo bancário no valor de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), assim como, que a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, seja feita à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, C.R.L, nas seguintes condições: \_\_\_\_\_

- Montante: Até ao limite máximo de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros);
- Prazo: 20 anos após a data de perfeição do contrato;
- Período de utilização e carência: até 2 anos após a data de perfeição do contrato;
- Taxa de Juro: O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 6 meses (Base 360 dias), acrescida de um *spread* de 1,09%;
- Pagamento de Juros: Semestral e postecipadamente;
- Reembolso: O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem semestralmente, com início após o período de carência;
- Reembolso antecipado: Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem em curso;
- Comissões: Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão.

Com o mesmo resultado de votação foi igualmente aprovado por o Mapa dos Encargos Orçamentais Plurianuais e o quadro dos projetos de investimentos a financiar pelo referido empréstimo, e inscritos no PPI e Orçamento do Município: \_\_\_\_\_

**Mapa dos Encargos Orçamentais Plurianuais Diferidos**

Despesa anos seguintes	Montante previsível da despesa	
	0102.03010302 Juros	0102.100603 Amortização
2017	8 311,25	0
2018	16 577,08	0
2019	16 440,83	37825,82
2020	15 730,43	76271,21
2021	14 896,80	77104,84
2022	14 054,07	77947,57
2023	13 202,13	78799,51
2024	12 340,87	79660,77
2025	11 470,21	80531,43
2026	10 590,02	81411,62
2027	9 700,22	82301,42
2028	8 800,68	83200,96
2029	7 891,32	84110,32
2030	6 972,02	85029,62
2031	6 042,68	85958,96
2032	5 103,17	86898,47
2033	4 153,39	87848,25
2034	3 193,24	88808,4
2035	2 222,58	89779,06
2036	1 241,33	90760,31
2037	249,35	45751,46
<b>TOTAL</b>	<b>189 183,67</b>	<b>1 500 000,00</b>

Quadro de Projetos de Investimentos a financiar pelo empréstimo e inscritos no PPI e Orçamento do Município:

Designação	Valor Previsional do Projeto			Valor a Financiar pelo Empréstimo
	TOTAL	2017	2018	
1) Requalificação do Centro Histórico de Valença - 4ª Fase	1 847 050,00 €	923 525,00 €	923 525,00 €	835 400,00 €
2) Parque Urbano e Lazer de S. Pedro da Torre	300 000,00 €	10 000,00 €	290 000,00 €	150 000,00 €
3) Remodelação do Cemitério de Valença	200 000,00 €	50 000,00 €	150 000,00 €	100 000,00 €
4) Conservação e Beneficiação da Rede Viária	604 264,05 €	604 264,05 €	-00 €	414 600,00 €
Requalificação da EM 512 entre S. Julião e Fontoura	307 840,00 €	307 840,00 €	-00 €	214 600,00 €
Construção de Infraestruturas e Renovação de Rede Viária – Fase IV	296 424,05 €	296 424,05 €	-00 €	200 000,00 €
<b>TOTAL (1+2+3+4)</b>	<b>2 951 314,05 €</b>	<b>1 587 789,05 €</b>	<b>1 363 525,00 €</b>	<b>1 500 000,00 €</b>

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal explicou que em sede de reunião permanente se deliberou que juntamente com este ponto seria também discutido o quinto ponto – o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas – sendo que o terceiro ponto é para deliberação e o quinto para apreciação. \_\_\_\_

**PONTO 3º- NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO**

**PONTO 5º- RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO 2016**

Foram presentes os processos quer o relatório de gestão e Contas Consolidado 2016 quer para a nomeação do auditor externo, por propostas apresentadas pela Câmara Municipal aprovadas em suas

reuniões de 16 e 26 de junho corrente.

---

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições aos 3º e 5º pontos do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs José Nogueira e Jorge Moura.

---

- Do Membro Sr. **José Nogueira** para começar por dizer que a apreciação do grupo do PS em relação ao Relatório de Gestão e Contas Consolidadas estava vertida na declaração do voto contra, dos Vereadores do PS, porque ambos têm as mesmas preocupações e constatações. A visão para Valença e os Valencianos é diferente da deste executivo por mais que formal e tecnicamente cumpra os parâmetros legais, não afasta o mau serviço e inação que grassam no executivo. A apreciação que resulta é, pois, negativa. O marasmo e a letargia de alguns dão-nos mais a vontade de lutar pelo bem comum, pelo desenvolvimento sustentado assente numa harmoniosa convivência dos cidadãos. Uma vez que o Relatório de Gestão e Contas versa sobre a atividade do Município teceu as seguintes considerações: números são números e os mesmos são indesmentíveis, os números que apresentou constam do mapa elaborado pelos serviços e por muito que o Sr. Presidente da Câmara queira desmerecer a atuação dos eleitos anteriores não o consegue, pois por algum motivo o executivo anterior era uma autarquia que podia e executava e era uma autarquia, que trabalhava, como se viu, na requalificação, no futuro e na escola. Por muito que custe ao Sr. Presidente da Câmara o CILV, no seu modesto entender, é zero. Continuou dizendo que, felizmente conhece todos os recantos de Valença, nasceu cá, isso não quer dizer que não se receba bem os forasteiros, que os integremos e até lhes damos o cargo de Presidente da Câmara, mas não tem é o direito de lhe perguntar se conhece Valença. Conhece-a muito bem, correu Valença durante as campanhas e sem ser nas campanhas, assim como, no exercício da sua vida profissional. O que conhece são umas obras que foram feitas a correr, porque só havia financiamento caso as obras estivessem a decorrer, e por isso foi feito um muro, mau amanhado, os campos, um ajardinamento mais ao menos e só depois é que veio o edifício. E ninguém pensou que aquele edifício, mantendo a fachada até podia subir, podia ter outro aspeto. Aquilo é uma barracada. Não requalificou a zona. Quanto à candidatura de Valença a Património da Humanidade, o Sr. Presidente da Câmara, tem que reconhecer que vem do executivo anterior, assim como tem que reconhecer que está à espera que abram candidaturas. Depois referiu que o Sr. Presidente da Câmara não diga que é através do seu brilhante trabalho que Valença tem mais visitantes, pois Valença sempre teve, mesmo antes do executivo liderado pelo Dr. José Luís Serra, logo após o 25 de abril, Valença tinha 30.000 pessoas diariamente a atravessar a fronteira. Esta fronteira sempre foi a mais transitada entre Portugal e Espanha. Vilar Formoso sempre ficou com os camiões e nós com a população. Reconhece que este executivo limpou as Muralhas e que as mesmas estão mais atrativas, reconhece que anteriormente era uma vergonha pois até queimavam o lixo no fosso existente junto à GNR. Mas esta valorização não é só do atual executivo mas de todos os autarcas que no pós 25 de abril decidiram apostar efetivamente naquilo que Valença tem de mais atrativo. Aliás Valença tem outra coisa atrativa à qual ninguém liga e que infelizmente ainda está pouco divulgada que é o Mosteiro de Sanfins. Em relação a este monumento disse que embora alguma coisa esteja a ser feita, também alguma coisa está a

ser trucidada, pois aquele é um monumento histórico e o que lá existe deixa muito a desejar. \_\_\_\_\_  
Referindo-se, de seguida, à celebração do contrato de prestação de serviços do auditor externo para 2017, disse que em sede de reunião da Comissão Permanente solicitou que fossem facultadas outras propostas para além da deste revisor externo. Foi informado que não havia mais propostas a não ser esta que veio agora à Assembleia Municipal. Discorda desta metodologia, pois por muito bom que se seja não há insubstituíveis e embora aceite que seja legal este procedimento, não concorda com esta forma de trabalhar, porque não sabe qual o valor que outros revisores dariam. Acrescentou que o atual revisor oficial de contas até vem do tempo do Partido Socialista, mas há outros com mais fama no mercado que poderiam ter sido consultados. Concluiu dizendo que em relação a este ponto irão ponderar o sentido de voto. \_\_\_\_\_

– Do Membro Sr. **Jorge Moura** para, após as saudações protocolares, referir que, em relação ao auditor externo, iriam votar favoravelmente e que independentemente de quem seja é um serviço que tem que ser feito pois valoriza os dados do executivo. Quanto à consolidação das contas referiu que o parecer do seu grupo é positivo. Podem constatar que as contas demonstram uma boa gestão e transparência sendo que os auditores externos também aprovaram as contas e sem qualquer tipo de reservas. Disse ser de louvar essa situação. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os respetivos esclarecimentos. \_\_\_\_\_

O **Presidente da Câmara Municipal** para referir que o revisor oficial de contas é um dos revisores mais antigos do país, já estava no Município antes dos executivos por si liderados terem chegado e têm vindo, sistematicamente, todos os anos a convidá-lo para continuar como auditor, pelo trabalho que tem feito, pela confiança que merece e sobretudo porque mantém o valor monetário dos últimos três anos. Dizer também, que uma das regras a que obedecem as propostas, em termos honorários dos revisores, tem a ver com o volume de negócios das empresas. Esclarecer, ainda, que este não é o revisor da Interminho, esta empresa tem outro revisor que também se mantém nestes últimos anos pois considera que ambos são bons técnicos. Quantos às contas consolidadas, estas referem-se às contas da Câmara Municipal e da Interminho, embora existam algumas participações acessórias mas que não relevam em termos de receitas e custos. Em termos de grupo, referiu que se pode inferir que no consolidado o impacto da Interminho nas contas do Município é inócuo. \_\_\_\_\_

O membro do Partido Socialista solicitou que o seu segundo tempo fosse posteriormente usado pelo membro Óscar Silva. O membro do Partido Social Democrata Jorge Moura prescindiu do seu segundo tempo, assim como o Sr. Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto à votação o **ponto 3º – nomeação de auditor externo**, tendo a Assembleia Municipal, num universo de **28 (vinte e oito)** com **27 (vinte e sete)** a favor e **com 1(uma) abstenção**, deliberado nomear, por maioria, como auditor externo a sociedade “Lopes



Vinga, Artur Moreira & Associados, SROC, Lda”.

Por proposta apresentada pela Câmara Municipal por deliberação do dia dezasseis do corrente mês e com base na informação que acerca do assunto foi prestada pelo Chefe de Divisão Financeira sob o nº 033 de 09/06, a Assembleia Municipal apreciou o Relatório de Gestão e Contas referentes ao ano 2016, em cumprimento da alínea i) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Verificou-se que em **28 (vinte e oito)** membros, obteve **1 (uma) abstenção**, e **27 (vinte e sete)** a favor.

**PONTO 4º- SUSPENSÃO DO REGULAMENTO DA VENDA AMBULANTE**

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 4º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs Cláudia Labrujó, Óscar Silva e Inês Ferreira.

- Do Membro Sra. **Cláudia Labrujó** para dizer que, tal como referiu, na reunião da Comissão Permanente, acha esta suspensão uma aberração pelo facto de haver pessoas que estão a efetuar as suas vendas nas Portas do Sol sendo que, toda a vida houve venda ambulante dentro das Muralhas, inclusivamente no Largo de S. João, sendo que, considerado, o pedido de suspensão do regulamento da venda ambulante de um autoritarismo sem igual. É necessário conversar com as pessoas e não ir por estas vias, há muitos locais onde a venda ambulante pode ser exercida se não a querem onde atualmente está, porque as Portas do Sol é a principal entrada de turistas e existem determinados turistas que vêm a algumas localidades precisamente por haver este tipo de comércio, estas tradições. Terminando a sua intervenção perguntou, onde iriam pôr a venda ambulante e se seria nos fossos onde ninguém passa.

- Do Membro Sr. **Óscar Silva** disse que em relação à preconizada suspensão do regulamento da venda ambulante o grupo municipal do Partido Socialista recorda que esta obrigaría a uma publicitação legal em Diário da Republica o que por si só obsta, a que em tempo útil, produzisse qualquer efeito. Mas mais disse, que o órgão executivo – Câmara Municipal – acumularia as suas funções com as do órgão deliberativo – Assembleia Municipal – ou seja, a Câmara Municipal teria e exerceria um poder quase absoluto, inadmissível num estado de direito democrático, ver artigo 2.º da CRP, designadamente, quanto à separação de poderes. É-lhes pedido que votem uma fonte de arbítrio que iria dar azo a decisões baseadas na simples e mera vontade do executivo. Perguntou, como ficaria nestes moldes a igualdade. Continuou referindo que, os regulamentos se bem que dirigidos a situações concretas, são gerais e abstratos, passar-se-ia, nesta situação, um cheque em branco ao executivo, ilegal e inconstitucionalmente. Portanto, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará contra a suspensão do Regulamento da Venda Ambulante.

- Do Membro Sra. **Inês Ferreira** começou por dizer que tendo em conta o título do documento que lhes foi entregue – Suspensão da Venda Ambulante no Interior da Fortaleza e na Zona Intramuros – parte-se do princípio que o que se pretende é suspender um artigo do atual regulamento. Solicitou ao Sr.

Presidente da Câmara que informasse o Órgão Deliberativo das razões desse pedido, assim como, se a interpretação que acabou de fazer está correta e se os atuais vendedores ambulantes, detentores da autorização para o exercício da venda ambulante, vão poder continuar a exercer essa atividade. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para referir que quer o Membro Cláudia Labrujó quer o Membro Óscar Silva levantaram questões pertinentes, uma que tem a ver com tradições e a outra mais genérica que tem a ver com questões de legalidade. Referiu que gostava que analisassem o regulamento em vigor pois o mesmo, aprovado em 2010, uma vez suspenso passaria a vigorar a lei geral e esta permite que se exerça a venda ambulante, sendo que no interior da Fortaleza será nos locais indicados pelo Município. No seguimento da entrada em vigor da Lei n.º10/2015, de 16 de janeiro, o Regulamento da Venda Ambulante encontra-se a ser revisto. Informou que o Município tem muitas reservas em relação a esta Lei, nomeadamente quanto à venda ambulante em local fixo. Atualmente qualquer pessoa faz uma mera comunicação prévia através do “Balcão do empreendedor”, inicia a atividade e comunica à Câmara Municipal que é vendedor ambulante. O artigo 15.º do Regulamento Municipal de Venda Ambulante refere que esta é livre em todo o município, com exceção das situações previstas no artigo 18.º. Assim sendo, no interior da Fortaleza sempre houve um certo vazio na regulamentação, nomeadamente, no que respeita à venda de produtos como os churros, balões, flores, frutas e legumes, nestes casos o disposto no artigo 18.º não se aplica e como tal tem acontecido, sobretudo ao fim-de-semana, que começamos a ter um conjunto de venda ambulante que não é aceitável, que ocupam a via pública para além do que lhes é permitido e que apesar das advertências, continuam a prevaricar constituindo entraves à circulação de peões. A Câmara Municipal tem tentado sensibilizar os vendedores ambulantes para, por exemplo, não venderem no espaço à frente do edifício dos Paços do Concelho. É necessário criar algumas regras e é isso que se pede, que se permita à Câmara Municipal, enquanto não for aprovado o novo regulamento de venda ambulante, que defina espaços, no interior da Fortaleza, onde se pode exercer esta atividade. A decisão a ser tomada em sede de reunião de câmara quanto a este assunto será tomada por unanimidade. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sra. **Cláudia Labrujó** disse que, após ouvir as explicações por parte do Sr. Presidente da Câmara, compreende algumas das preocupações mas tal como refere a lei a ocupação da via pública, sem estar devidamente autorizada, é punida com uma coima de 25€. A partir desse momento tem-se toda a legitimidade, independentemente de ser venda ambulante ou não, ninguém pode ocupar mais do que está autorizado. Desta forma o que propõe é que, caso os vendedores ambulantes ocupem via pública pedonal se chamem as autoridades policiais para que os autuem. Referiu que, se na proposta tivessem sido apontadas alternativas que considerasse coerentes e ficasse demonstrado que não iria haver favoritismos ou penalizações, compreenderia, porém, a proposta é muito abrangente e não contém matéria que lhe garanta que num futuro não possa haver favoritismos até porque o que se propõe é uma suspensão provisória até à entrada em vigor de novo regulamento, o que significa, que nada se faz, que o assunto é gerido à maneira que aprouver à Câmara Municipal, a oposição até pode não concordar com os locais. \_\_\_  
Deu como sugestão que se permitisse a venda ambulante, por exemplo no já referido na sua intervenção

anterior, o Largo de S. João. A suspensão do regulamento sem serem apontadas alternativas é que não concorda. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sr. **Oscar Silva** para dizer que a intenção inicial do Partido Socialista era a de votar contra, mas tendo em conta o esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, assim como, a disposição manifestada de que, após a entrada em vigor da presente suspensão, qualquer decisão referente a este assunto só será tomada por unanimidade dos vereadores, vão alterar a decisão de voto e, como tal, votariam favoravelmente. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sra. **Inês Ferreira** para se congratular pela posição assumida pelo Sr. Presidente da Câmara de caso a caso ser decidido por unanimidade. Os membros da Assembleia deverão agradecer, por um lado, a sua humildade e por outro lado a transparência que sempre manifestou. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções o **Presidente da Câmara** referiu que a proposta apresentada pelo Membro Cláudia Labrujó já foi reequacionada mas a venda ambulante, tal como a que temos hoje – brinquedos, balões – naquele local era difícil, no entanto, já lhe foram apresentadas algumas propostas para ter naquele local alguma venda ambulante mais ligada à atividade de restauração e bebidas não sedentária, até porque em determinadas ocasiões, sobretudo ao fim da tarde, a concorrência seria salutar, pois as pessoas queixam-se de que ao final do dia ninguém vêm ao interior da Fortaleza mas a verdade é que às 19h00 o comércio fecha e não há qualquer atividade comercial. A verdade é que já tem tentado aliciar, sobretudo, os cafés que se situam junto aos Paços do Concelho para estarem abertos até mais tarde mas a resposta que recebe é que abrem às 07h00. Mas a verdade é que cada vez mais há mais gente, sobretudo peregrinos, a andar pela Fortaleza ao fim do dia e por exemplo sabe de alguns locais, como é o caso do café Caravela ou da Pousada que estão a beneficiar com isso. Como forma de revitalizar o interior a Câmara Municipal voltou a pôr a concurso a concessão das casamatas que ficaram sem propostas da primeira vez assim como para arrendamento do estabelecimento de café e bar sito nas instalações do edifício da antiga Alfândega. Informou que nas Portas do Sol estão a decorrer obras para lá se instalar o Posto de Turismo sendo que no Paiol de Marte irá ser instalado um pequeno Museu Militar. \_\_\_\_\_

Por proposta apresentada pela Câmara Municipal por deliberação do dia um de junho corrente a Assembleia Municipal **deliberou**, num universo de **29 membros, com 28 ( vinte e oito) votos favoráveis e 1 (um) voto contra da CDU suspender temporariamente a venda ambulante**, assim como autorizar a Câmara Municipal a decidir, caso a caso, os locais em que permite o exercício da mesma. A suspensão terminará com a entrada em vigor do novo Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Valença. \_\_\_\_\_

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 29 (vinte e nove) **Membros aprovada por unanimidade**. \_\_\_\_\_

Antes de dar por encerrada a sessão o Sr. Presidente da mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Verdoejo para informar e convidar todos os presentes a se deslocarem a essa freguesia para participar nos eventos que vão ser realizados durante o mês de julho. \_\_\_\_\_

Finalizada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 13h50m e agradeceu mais uma vez a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente sessão. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e oito páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu.

<b>Apoio à Assembleia Municipal O Assistente Técnico,</b>	<b>Assembleia Municipal de Valença O Presidente,</b>
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas